

NARRATIVAS DA COMUNIDADE DO PROJETO PIAU NO FECHAMENTO DA ESCOLA TAMBORIL II NO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT

Tânia Alves Correa Souza ¹

Cleonice Terezinha Fernandes ²

INTRODUÇÃO

No modelo capitalista as políticas públicas para a maioria da população rural que na correlação de forças prioriza um modo de produção baseado no agronegócio. Esse cenário aponta para violência contra os diversos grupos étnicos que resistem e ocupam esse território produzindo vida e cultura, contradições que forjam desigualdades e perversidades como a que estamos vivenciando em relação a perda de territórios e identidades dos povos do campo.

Na disputa de projetos para o campo, a agricultura do negócio tem deixado suas marcas no território matogrossense, sem pessoas, portanto sem cultura e sem escolas.

No município de Nova Xavantina-MT, foram demarcados 06 (seis), assentamentos oriundos dos programas de reforma agrária. Até o ano de 2019, a rede municipal ofertava Educação do Campo em quatro (04) comunidades: Vale da Serra, PA Rancho Amigo, PA Banco Safra e PA Piau. Em dezembro de 2019 por decisão administrativa as escolas municipais foram fechadas e os estudantes redimensionados para escolas urbanas.

Diante do fechamento das escolas rurais pode-se questionar: Que instrumentos foram utilizados pelos gestores no fechamento, redimensionamento e reordenamento dos estudantes da Escola do campo para o núcleo urbano? Qual a importância da escola no assentamento para a comunidade escolar? Quais as dificuldades enfrentadas pelos pais e estudantes no redimensionamento das escolas do campo?

Esta pesquisa visa compreender as narrativas que envolveram o fechamento das escolas, e as consequências socioeconômicas e ambientais nos núcleos familiares com reordenamento dos estudantes da Escola do Campo Tamboril II no Assentamento Piau para escolas urbanas no município de Nova Xavantina-MT e propor um espaço de diálogo com a sociedade na defesa da Educação do Campo.

METODOLOGIA

¹ Mestrando em ensino do PPGen IFMT/UNIC, tacsouza73@gmail.com

² Dr^a PPGen, UNIC/IFMT, cleo_terezinha@hotmail.com

A abordagem metodológica da pesquisa configura-se como de natureza básica, de abordagem qualitativa, que responde a questões particulares com uma aproximação à realidade e que não pode ser quantificado (MINAYO 2009). Exploratória quanto aos objetivos propostos, onde o pesquisador aproxima da realidade a ser pesquisada a fim de obter a sua compreensão (GIL,2002).

Como procedimento de estudo utilizaremos o estudo de caso, por favorecer um vasto e minucioso conhecimento acerca do fenômeno a ser estudado (GIL,2002). Para obtenção dos dados serão utilizadas fontes documentais e entrevistas semiestruturadas individuais, pela liberdade de retornar a questão original ao perceber desvios.

As entrevistas serão realizadas por vídeo chamadas na plataforma *Google Meet* e aplicativo de trocas de mensagens instantâneas (*whatsApp*), tendo em vista a Pandemia da *Covid-19*, respeitando as normas de distanciamento social.

A análise dos dados coletados será realizada por meio de Análise Textual Discursiva (ATD), que é uma metodologia de análise que possui a finalidade de produzir novas compreensões a respeito dos fenômenos e discursos (MORAES; GALIAZZI, 2007). Logo, a ATD tem foco na palavra, pois o fenômeno pode ser expresso através das narrativas em que se deram o fechamento da escola constituindo o *corpus*, que na unitarização e categorização resulta no novo emergente, daí então, na produção de metatextos que aponta para a teorização sobre o fenômeno investigado.

Os participantes da pesquisa serão os gestores municipais o (secretário(a) de educação), quatro profissionais de educação, sendo dois professores(as), um(a) apoio administrativo, um(a) diretora das escolas do campo, que trabalhavam na escola antes do seu fechamento, cinco pais da comunidade P.A Piau, cinco estudantes que estudavam na Escola do Campo Tamboril II no ano de 2009, um representante da associação de moradores, um representante do sindicato dos trabalhadores rurais, que nos permitirá compreender o fenômeno que se apresenta e seus desdobramentos para a comunidade e núcleos familiares a escola Tamboril II onde a escola está inserida.

A presente pesquisa está em andamento e foi submetida à Plataforma Brasil e aceita com os devidos termos de TCLE e TALE .

REFERENCIAL TEÓRICO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96 é um marco regulatório que estabelece garantias para a educação em territórios rurais e é considerada um avanço por reconhecer as particularidades possibilitando que a realidade do campo seja reconhecida e respeitada na sua diversidade de tempo e espaço.

A educação do campo nesse cenário assegurada por diversos instrumentos legais, fruto de reivindicações de setores da sociedade como foi a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9394/96 e do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF e em Mato Grosso nos documentos: Parecer n° 202-B/2002 CEB/CEE/MT, Resolução n° 126/2003 CEE/MT, e no Plano Estadual de Educação (PEE 2006-2016) e as Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais (OCDEs de 2010); que inscreve toda a forma da organização da Educação no campo.

Ao situar a Educação do Campo no Estado de Mato Grosso, ainda temos inúmeras contradições na defesa de uma escola que contemple as reivindicações dos movimentos sociais de modo a atender as particularidades desse espaço, a estes estão sendo negados o direito à educação mesmo que asseguradas por instrumentos legais, escolas do estão sendo fechadas, sob a alegação de cortes de gastos e melhoria na qualidade de ensino. Na contramão desses instrumentos legais disperso nas esferas federal e estadual, o governo de Mato Grosso tem fechado as escolas do campo, nesse sentido Valdeir Pereira (2019) do Sindicato dos trabalhadores do ensino Público de Mato Grosso SINTEP-MT, traz a denúncia sobre o decréscimo de matrículas e fechamento das escolas, “As escolas do campo são fechadas sem que respeitem as condições dos estudantes para o frequentar as unidades disponibilizadas.”

Na construção histórica da dualidade do campo e cidade foram construídas narrativas que ainda ecoa nos dias atuais, no espaço rural os camponeses intencionalmente esquecidos pelos governantes, em face um projeto de modernização do espaço urbano, que Arroyo (2007) discorre: “A essa idealização da cidade corresponde uma visão negativa do campo como lugar do atraso, do tradicionalismo cultural.

Na consolidação das políticas Públicas educacionais, e em especial a educação do Campo que tem sua trajetória inscrita dos movimentos sociais, Caldart (2009) considera o movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST), como um importante movimento pela luta da educação nos assentamentos de reforma agrária, ainda menciona as tensões e contradições dos sujeitos envolvidos: “Ela nasce da “experiência de classe” de camponeses organizados em movimentos sociais e envolve diferentes sujeitos, às vezes com diferentes posições de classe”, daí nasce à necessidade da unificação das lutas Molina (2015), acredita que: “Não podemos separar as lutas da Educação do Campo das lutas gerais em defesa da educação pública. Isso quer dizer que temos que manter, ao mesmo tempo, a especificidade das lutas pela Educação do Campo.”.

A ocupação das terras Mato-grossenses que seguem os modelos de colonização na lógica da invisibilidade do outro, conforme Silva & Sato (2011) na elaboração do Mapa Social,

a que se diga a população indígena e outros (seringueiros, ribeirinhos) que aqui residiam que foram chegando ao longo do tempo, e a saga de ocupação de “espaços vazios”. Nesse mesmo sentido Senra (2014) traz a reflexão sobre a que: “A reivindicação da Educação do Campo é justamente para afirmar que o campo não é este “lugar vazio” (2004, p.23), e justamente por isso um espaço de contradição”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se que a realização desse estudo constitua numa linha mesmo que tênue, contribua na abertura de espaços para debates, embates e encontros de saberes e existências diversas, presentes nas audiências das vozes da comunidade e que sirvam de motivo para defesa intransigente da Escola do Campo

Que as narrativas em torno do fechamento da escola Tamboril II ao serem anunciadas não se percam e possam contribuir no entendimento das consequências sociais e ambientais de um possível esvaziamento no campo e poderão revelar para a sociedade a necessidade da defesa da escola do campo como estratégia da produção de condições materiais e subjetivas de vida para a comunidade que ali vive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa situa-se na compreensão do direito à escola nas comunidades rurais no município de Nova Xavantina e investigará as narrativas apresentadas pelos gestores, professores, funcionários, pais e estudantes da Escola do Campo Tamboril II, no Projeto de Assentamento Piau, acerca das consequências socioeconômicas e ambientais geradas pelo redimensionamento das Escolas do Campo para as escolas urbanas no município de Nova Xavantina-MT. A partir do estudo almeja trazer para a sociedade as vozes daqueles que no momento do fechamento das escolas não puderam ser ouvidas e se ouvidas silenciadas.

As vozes das quais o trabalho tentará ecoar são daqueles que diante de um estado de negação de direitos tem sofrido e resistido no pedaço de chão que lhes coube.

Palavras-chave: Educação do Campo. Fechamento de escola. Políticas Públicas Inclusivas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, nº. 72, p. 157-176, maio/ago.de 2007 Disponível em: < [Cad72_04ARTIGOS.pmd \(scielo.br\)](#)> Acesso em 28 de janeiro 2021.

BRASIL. Lei nº9394, de 2º de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em 05 jul. 2021.

CALDART, Roseli Salette. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. educ.saúde**, Jun. 2009, vol.7, nº.1, p.3564. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/>> Acesso em 28 de janeiro 2021.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso. Resolução n.126 – CEE/MT. Cuiabá: 2003.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Parecer propondo a Resolução para Educação do Campo em Mato Grosso. Parecer n.202-B – CEB/CEE/MT. Cuiabá: 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações Curriculares para Educação do Campo no Estado de Mato Grosso**. Cuiabá-MT: SEDUC, 2010. Disponível em: <(usp.br)http://fep.if.usp.br/~profis/arquivo/docs_curriculares/MT/Mato_Grosso_Livro_Concepcoes.pdf> Acesso em 24 de Agosto de 2010.

MINAYO. Maria Cecília (Org) et al. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 28º Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOLINA, Mônica Castagna. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6809>> Acesso em: 28 de janeiro 2021.

MORAES, Roque; DO CARMO GALIAZZI, Maria. **Análise textual: discursiva**. 3º Ed. Editora Unijuí, 2016.

PEREIRA, Valdeir. Redimensionamento do Governo Mauro Mendes fecha escola do campo. **CNTE**, 2020. Disponível em: <<https://cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/giro-pelos-estados/72678-mt-redimensionamento-do-governo-mauro-mendes-fecha-escola-do-campo>>. Acesso em: 01 fevereiro de 2021.

SENRA, Ronaldo Eustáquio Feitoza. **Educação do Campo no IFMT- Campus São Vicente: desafios da construção de uma educação dialógica**. Cuiabá. 2014. 217 p. Tese (Doutorado) Orientadora: Michelle Sato – Instituto de Educação Universidade Federal de Mato Grosso, 2014.

SILVA, Regina & SATO, Michèle. **Mapa Social: mapeando os grupos sociais do Estado de Mato Grosso -Brasil.-Cuiabá**: UFMT-GPEA & GTMS, 2011.

